

Introdução

As fábricas nos arredores de São Luís remontam ao período colonial, quando nas possessões portuguesas ao norte do Estado do Brasil proliferava a atividade criatória. Nas primeiras décadas dos setecentos foi registrada a primeira fábrica de “curtir sola”. Registros do Arquivo Histórico Ultramarino dão conta de que Lourenço Belfort, fazendeiro radicado na capitania do Maranhão, de origem irlandesa, instalou a primeira fábrica de atanados em São Luís, “na Praça do Mercado”. Esta poderia “curtir cada ano até oito mil meios de sola, [...] ainda que esta terra não produza esta quantidade de couros” (AHU, cx. 27, doc. 2754). Como a Coroa havia estabelecido a obrigatoriedade dos couros exportados pelo porto de São Luís passarem por este curtume, os moradores revoltados se dirigiram ao rei através do Senado da Câmara para revogar tal obrigatoriedade. Não conseguiram. Segundo as autoridades, a medida era para coibir os constantes roubos de gado, facilitada pela exportação feita com os couros “em cabelo”.

Neste período, já se adensavam os rebanhos bovino e cavalariço para atender a demanda de carne das cidades litorâneas e à agroindústria açucareira e, depois, das necessidades de alimento e animais de carga para a região das Minas Gerais. Os curtumes - as fábricas de curtir sola - localizavam-se em áreas afastadas do nascente centro urbano, nas margens dos rios Anil e Bacanga, empregando inúmeros trabalhadores, alguns livres e forros, mas em sua grande maioria escravizados.

Sentido a ameaça representada pelo avanço de tais atividades nas colônias, o alvará da rainha D. Maria I, de 1785 tentou controlar esse movimento nas colônias, ao permitir apenas fábricas de roupas mais simples para os escravos, extinguindo assim todas as outras que trabalhavam com outros materiais e produtos, sob a pena de aplicar multa cujo valor seria três vezes o valor da propriedade (Alvará Régio de 5 de Janeiro de 1785).

No estado do Grão-Pará e Maranhão, notadamente nos arredores da cidade portuária de São Luís, as ordens régias foram letra morta, pois os registros locais dão conta de que se multiplicavam unidades fabris, a maioria delas beneficiando produtos da pauta de exportação local.

O historiador César Marques expressa em seus escritos a contradição de interesses do Império português na exploração das potencialidades de suas colônias, na implementação

2

das atividades mercantis. Segundo ele, “em 1756 foi criada em Portugal a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão” (1970, p. 91), cujos administradores se movimentaram no sentido da busca de novos gêneros para exportação. Na capitania do Maranhão, o cultivo do arroz branco da Carolina foi imposto aos lavradores e logo obteve resultados favoráveis, pois “no primeiro ano de sua plantação exportaram-se 2.847 arrobas para Lisboa.” Zelando pelo melhoramento da atividade, “no ano de 1766, a Companhia de Comércio enviou à capitania o tenente-coronel José de Carvalho com todos os utensílios próprios para a construção de uma *fábrica de soque de arroz*, montada junto às margens do rio Anil (MARQUES, 1970, p. 92). Recomendando-se que “se tivesse muito cuidado no descascamento do arroz”, logo no início da década de setenta dos setecentos “já havia três moinhos ou fábricas de soque, pertencentes à Companhia e já se projetava o assentamento de mais dez” (MARQUES, 1970, p. 91-2).

O trabalho de descasque do arroz ocupava os terrenos baixos, acessíveis pela maré, tais como Santo Antonio, Remédios e os terrenos indicados como do “Salgado”, no caminho da ermida da Madre de Deus, na ponta sul da cidade em formação. Naturalmente os trabalhadores forros e livres destas “fábricas” começaram a ocupar o entorno destas unidades de produção com construções rústicas, desordenadas. Eram várias unidades de produção, conhecidas nos registros oficiais pelo nome de seus proprietários: a Fábrica de Elena Correa, a do Padre Roque Jacinto Tourinho, a de Lourenço Belfort.

Interessante conceituarmos o que eles chamavam “fábrica” no século XVIII: “estabelecimentos especializados em atividades de beneficiamento de algum produto”. Rafael Bluteau, em seu dicionário, definiu fábrica como “estrutura, construção, composição; edifício; casa ou oficina onde se fabricam alguns gêneros” como “panos e tabacos” (BLUTEAU, 1712). Logo, o conceito de época é próximo ao atual e plenamente aplicável ao quadro geral que estamos montando aqui para o período, no Maranhão.

Na segunda metade do século XVIII, com a diversificação econômica implementada na região pelo Ministério Pombalino, avança o cultivo e exportação de algodão e arroz. Logo surgem e se multiplicam as unidades para beneficiamento deste último produto. Bernardo José Prego, nascido na Vila de Vianna, Comarca de Valença do Minho, morador de São Luís, registrou em seu testamento de 1798: “tenho uma fabrica de

3

socar arroz, que terá para o manejo desta, oitenta negros, meus escravos, pouco mais ou menos, contando pequenos e grandes. Também para o dito serviço da mesma fábrica tenho dezessete cavalos, pouco mais ou menos” (APEM, fl.150).

Através das doações de chãos urbanos realizados pelo Senado da Câmara de São Luís, soubemos da multiplicação destas unidades produtivas. O empreendimento era vantajoso para os proprietários daquele período, pois não são raros os pedidos de novos terrenos para sua expansão, como na carta abaixo:

Fazemos mercê (...) de dar e conceder por data e sesmaria deste Senado ao Immemoribus Roque Jacinto Lopes Tourinho e a viúva dona Francisca Xavier de Sousa Lopes um terreno de setenta braças de terras em quadra, que corre por detrás da ermida de N. S. dos Remédios para o nascente, buscando o Armazém de Pólvora desta cidade a beira de um apicum que se acha na dita paragem donde tinham já edificado *duas fábricas de sola e outra de descascar arroz* e por ser muito pouco terreno para as ditas manufaturas, casas de vivenda, e ranchos para os seus escravos [...] Maranhão, 15 de dezembro de 1790 (MOTA & MANTOVANI, 1998, p. 28).

Nos Livros de Registro do Senado da Câmara de São Luís foram encontradas cartas de doação de chãos urbanos para as “fábricas” de Lourenço Belfort, de Manoel Loudos Reys, de Trindade, de Joaquim José Gomes, de João Rodrigues de Almeida, de Simão dos Santos Malheiros, de Elena Correa”. Não só os donos das fábricas recorriam à Câmara para adquirir chãos urbanos e expandir seus negócios, também inúmeros moradores pediam terreno e davam como referência determinada “fábrica”. Alguns mostravam com muita evidência sua ligação com a atividade, pois se diziam “oficial de pica-couro”, “oficial de picassola” etc.

A Fábrica do Capitão Moscoso.

No início do século XIX, na região sul da cidade, já se verificavam algumas edificações importantes: a Santa Casa de Misericórdia, a Igreja de São Pantaleão e o Cemitério dos Ingleses, no Alto do Carrapatal, mais à frente o Colégio da Madre de Deus, dos Jesuítas, e mais abaixo, a Capela e o Largo de Santiago, e uma fábrica de descasque de arroz, pertencente à família Moscoso

4

Segundo César Marques, a propriedade do capitão José Salgado de Sá e Moscoso, natural da Vila Nova dos Infantes, Reino de Galiza, ficava localizada nos “arrabaldes da cidade, rodeada de árvores, numa pequena elevação, que em plano inclinado, vai terminar no mar”. Escreveu o mesmo autor, que no arquivo do escrivão de Capelas e Resíduos está lançada uma escritura, feita em 6 de dezembro de 1788:

Em que o capitão José Salgado e sua mulher fizeram doação de patrimônio a essa capela de 120\$000 cada ano, na forma seguinte: a fábrica de descascar arroz, 16\$000; as casas místicas à mesma capela, 40\$000; e mais 64\$000 por ano no rendimento das casas que possuam na Rua do Desterro, bem como 120 braças de terra de comprido e 60 de largo, onde se achava ereta a mesma capela do Senhor São Tiago e fábrica (MARQUES, 1770, p. 177).

Com a morte do capitão, a capela ficou abandonada por muito tempo, até que a 14 de março de 1848, o neto do fundador, o Capitão Tiago José Salgado de Sá Moscoso, como procurador-geral de sua mãe, D. Luísa Rita de Sousa Salgado, fez um contrato com o capuchinho Frei Doroteu de Dronero, que após logo processo conseguiu o beneplácito do Imperador e a autorização do bispo, para transformarem a capela e casas contíguas em Hospício regular, “com todos os privilégios, graças, isenções e imunidades.” A solenidade de inauguração ocorreu com grandes celebrações a 24 de julho de 1854.

Continua César Marques dizendo que os capuchinhos estiveram mansa e pacificamente à frente do hospício, até a morte do Frei Doroteu, em 1869 “apresentou-se o Dr. Ricardo Décio Salazar, casado com uma das herdeiras de Rodrigo Salgado, pedindo a entrega do hospício por julgar ter direitos ao domínio da capela.” A briga pela posse da capela e hospício seguiu acirrada, havendo longa contenda, com defensores pró e contra se manifestando nos tribunais e jornais da época (Jornais Nação, O País, Publicador Maranhense, 1869).

Ao que parece, a disputa judicial acabou por condenar a capela e o largo, que hoje já não existem mais, tendo seus terrenos sido vendidos aos poucos pelos herdeiros da família Moscoso.

Infelizmente, o historiador César Marques nada nos informa sobre o destino da fábrica de descasque de arroz pertencente à propriedade dos Moscoso, que muito

5
provavelmente seja a mesma fotografada pela Alfaiataria Teixeira, em 1899, e por Gaudêncio Cunha, em 1908.

Figura 01: Fábrica de Santiago, depois Martins & Irmãos.



Fonte: Álbum da Alfaiataria Teixeira, São Luís, 1899.

Obviamente, tais unidades de produção logo atraíram para seu entorno uma população de moradores alforriados e livres de poucas posses. A Câmara de São Luís emitiu inúmeros títulos de terra para moradores que ali construíram suas casas. Esta população de trabalhadores forros e até livres irá constituir significativo contingente urbano. Os registros de doações de chãos urbanos evidenciam a diversificação social e étnica da população no final do século XVIII, como se observa a seguir:

O Doutor Jozé Thomas da Sylva Quintanilha (...) e mais senadores que servimos (...), fazemos mercê de dar e conceder a *cafuza forra* Anna Raymunda, casada, e a seu irmão Antonio da Trindade um chão de cinco braças de testada e quinze de fundos na Rua da Madre de Deus, com a frente para o poente e os quintais ao nascente, místicos da parte do sul a outro chão concedido a Luísa, *cafuza forra*, mãe dos ditos acima (...). São Luís do Maranhão, 13 de setembro de 1781 (SECMA, 1759, fl.273).

Existem inúmeros destes registros de terras concedidos a moradores nos terrenos baixos localizados próximos à Fonte das Pedras e no “caminho da ermida da Madre de Deus”, hoje Rua de São Pantaleão. Também foram feitas mercês nas localidades de Santo Antônio e Remédios, a titulares que não deixam dúvidas quanto a sua vinculação com as fábricas, pois se diziam “oficial de pica-couro”, “oficial de picassola”. Ocupavam as áreas periféricas, pois tais unidades manufatureiras necessitavam da força motriz dos rios e rias para viabilizar suas

6
atividades. Esta população de trabalhadores escravos, forros e até livres irá constituir significativa parcela do contingente urbano, diversificando social e étnica a população de São Luís a partir da segunda metade do século XVIII.

Com o crescimento da cidade, as fábricas passam a ocupar terrenos mais afastados, como a localizada no sítio Pearenga, Tamancão e o Sítio do Físico, como ficou conhecido. Este último, de propriedade do físico-mor Antônio José da Silva Pereira, abrigava um complexo de atividades com o beneficiamento de vários produtos, como o couro e o arroz e ainda a fabricação de cera e cal. Faziam parte do conjunto, além das casas de vivenda dos proprietários e de seus escravos, “fornos, conjunto de tanques, poços, armazéns, cais, laboratório, rampas, telheiros e canalizações com caixa de distribuição para os tanques” (http://patrimonioindustrialbrasil.blogspot.com.br/2012/02/serie-patrimonio-industrial-do-brasil_28.html).

Figura 2: Sítio do Físico

7



(Fotos de Bernardo Costa Ferreira)

Considerações finais.

Acreditamos que o desenvolvimento das atividades manufatureiras nas cidades coloniais, pelo menos no caso de São Luís, foi definidor para os rumos que as atividades econômicas tomarão a partir de então. A capitania do Maranhão foi uma das maiores exportadoras de algodão para as indústrias têxteis da Inglaterra, no final do período colonial. No entanto, foi uma breve conjuntura de prosperidade, logo o preço do algodão cai, nas primeiras décadas do XIX, levando à bancarrota toda estrutura voltada para a agroexportação. Ante a crise instalada, no final do século XIX, os proprietários maranhenses com o capital restante investem tudo nas atividades manufatureiras, abrindo inúmeras fábricas em Caxias,

8

Codó e, principalmente, na cidade de São Luís. A historiografia oficial explica tal “desinteria fabriqueira” aos contatos amiudados dos negociantes maranhenses com a Inglaterra. Com certeza, a iniciativa de investimento nas atividades fabris muito se deveu a este fator, mas há que considerar que desde o período colonial existiam atividades manufatureiras em São Luís, conferindo experiência aos proprietários e concentrando uma população de marginalizados que facilmente poderia ser utilizada como mão de obra em tais unidades fabris.

Referências Bibliográficas

Álbum da Alfaiataria Teixeira, São Luís, 1899.

Arquivo público do Estado do Maranhão. Livro de Registro de testamentos. Test. de Bernardo José Prego, 1797.

BLUTEAU, Rafael. Vocabulário Português e Latino. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. p. 3 da letra F. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/formBuscaDicionarioPChave.asp>.

Jornal Nação, Jornal Publicador Maranhense do dia 23 de julho de 1869, Jornal O País de nº 91.

MARQUES, César Augusto. Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MOTA, Antonia da Silva; MANTOVANI, José Dervil. São Luís do Maranhão no século XVIII: a construção do espaço urbano sob a Lei das Sesmarias. São Luís, FUNC, 1998.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO. Livro de Registro de Requerimento (1759-1782). São Luís. http://patrimonioindustrialbrasil.blogspot.com.br/2012/02/serie-patrimonio-industrial-do-brasil_28.html, página da internet acessada no 02/04/2013.